

12. CONCLUSÕES

O presente Estudo de Impacto Ambiental (EIA) teve como objetivo fornecer elementos necessários à CETESB, para análise da viabilidade ambiental das obras de implantação e futura operação do Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), municípios de Campinas e Valinhos – SP, para futura emissão da Licença Ambiental Prévia (LP).

Esse novo trecho da Rodovia SP-083 acarretará melhorias significativas na acessibilidade e condições de transporte no município de Campinas e região, uma vez que irá otimizar o tráfego do sistema viário existente nas proximidades do Perímetro Urbano do Município de Campinas, principal pólo gerador de tráfego.

O dinamismo regional assegura ao município de Campinas escala para desenvolver um conjunto de atividades tradicionalmente encontradas apenas nas grandes capitais do país: grande rede de serviços educacionais e bancários; hospitais e serviços médicos especializados; setor terciário moderno; comércio diversificado e de grande porte e estrutura hoteleira de ótima qualidade.

Assim, o Prolongamento da SP-083 visa reduzir a sobrecarga nos horários de maior fluxo nas rodovias Dom Pedro I (SP-065), segmento existente da José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Anhanguera (SP-330), Bandeirantes (SP-348) e Santos Dumont (SP-075).

Tendo em vista a necessidade de prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), o presente Estudo de Impacto Ambiental - EIA apresenta o estudos ambientais desenvolvidos para identificar e avaliar os impactos potencialmente decorrentes da implantação e operação do empreendimento.

Com extensão aproximada de 9,6 quilômetros, a área diretamente afetada (ADA) soma 132,8 ha, dos quais 86,1% deverão ser desapropriados, distribuídos em 30 propriedades particulares, essencialmente de características rurais (agricultura e pecuária).

Ressalta-se que os processos desapropriatórios serão realizados dentro dos critérios legais, as propriedades atingidas serão decretadas como áreas de Utilidade Pública, sendo que as obras somente serão iniciadas após a finalização

do processo de desapropriação e obtenção da autorização dos proprietários dos imóveis.

Dentre as 30 propriedades afetadas, em somente 4 dessas foi identificada a necessidade de remoção de residências, afetando diretamente 12 residências e 42 pessoas (sendo 14 proprietários, 7 arrendatários, 17 inquilinos e 4 meeiros).

E ainda, foi identificada uma série de interferências em equipamentos públicos e privados, tais como: pontos de ônibus, rede elétrica, redes de água e esgoto, E linha de dutos da TRENSPETRO. A concessionária está realizando o levantamento de cada uma das interferências citadas, e irá providenciar a obtenção de manifestações das empresas responsáveis, de modo que as obras somente serão iniciadas após a anuência dos respectivos órgãos ou instituições gestoras.

De acordo com os estudos relativos aos aspectos do meio físico deste Estudo de Impacto Ambiental, considera-se o empreendimento viável ambientalmente, levando em consideração a adoção de todas as medidas preventivas e mitigadoras propostas quando da execução das obras e operação do empreendimento.

O relevo da região é pouco movimentado (Colinas Médias), fisionomia que apresenta interflúvios com área superior a 4 km², topos aplainados, vertentes com perfis convexos a retilíneos. Drenagem de média a baixa densidade, vales abertos a fechados, planícies aluviais interiores restritas, presença eventual de lagoas perenes ou intermitentes.

De modo a evitar e minimizar problemas com erosão, escorregamentos e assoreamentos, deverá ser seguido um rígido programa de treinamento ambiental dos colaboradores envolvidos com as obras, um programa de controle ambiental e supervisão das mesmas. Os indicadores ambientais serão registrados permanentemente, de modo a evitar impactos ou recuperá-los imediatamente, se ocorrerem.

Já com relação do meio biótico, constatou-se que a vegetação da ADA encontra-se bastante alterada devido ao elevado índice de antropização ocorrente no trecho pretendido para a implantação das obras, característico pela histórica ocupação com pecuária extensiva e cultivo agrícola de frutas (principalmente figo roxo e goiaba vermelha).

Na ADA, apenas uma pequena porção apresenta restrições ambientais (intervenções em Área de Preservação Permanente – APP), totalizando 9,45 ha, ocupados cobertura diversificada (principalmente pastagem e cultivo agrícola). Além da necessidade de supressão de pequena monta de vegetação nativa: 1,35 hectares de área recoberta por vegetação nativa em estágio inicial e 0,92 hectares de vegetação nativa em estágio médio, localizados fora de Áreas de Preservação Permanente (APP). Também será necessária a supressão de exemplares arbóreos isolados (cerca de 166 árvores nativas).

Como medida compensatória à intervenção em APP e à supressão da Vegetação Nativa ora quantificadas foi estimada a recuperação de cerca de 38 ha de áreas degradadas (preferencialmente APP), por meio de plantios compensatórios ou destinação de áreas equivalentes.

Quanto a fauna, uma vez que a implantação do empreendimento pode ser considerada como uma barreira física na paisagem atual, são esperados impactos negativos de média magnitude sobre a fauna local/regional. No entanto, estudos específicos encontram-se em elaboração, e tanto os impactos quanto suas medidas mitigadoras serão mais bem avaliadas após as campanhas de levantamento amostral. De qualquer forma, indica-se a implantação de dispositivos de proteção à fauna silvestre, principalmente junto à travessia do Rio Capivari, onde o ambiente diagnosticado no entorno (fragmentos florestais em estágio inicial e médio de regeneração) é propício à ocorrência de fauna silvestre (corredor de fauna), além de outros locais a serem indicados nos estudos específicos.

Não foram identificadas Unidades de Conservação interceptadas pelo empreendimento. Assim, propôs-se que o valor da Compensação Ambiental prevista pela legislação seja aplicado em planos de manejo da Floresta Estadual Serra d'Água e do Parque Estadual da ARA, Unidades de Conservação de Proteção Integral cujas faixas de proteção criada pela Resolução Conama nº 428, de 17 de dezembro de 2010 (3 quilômetros), sobrepõem-se à ADA do empreendimento em análise.

Após a análise da legislação aplicável e elaboração do diagnóstico ambiental dos meios físico, biótico e socioeconômico, foi possível a avaliação dos impactos potenciais, quantificados a partir da utilização de uma Matriz de Interação de

Atividades Previstas e Aspectos Ambientais, que possibilitou a identificação de 39 impactos potenciais. A fim de garantir a integral implementação de medidas mitigadoras e compensatórias aos impactos potenciais, foram formulados 12 Programas Ambientais.

Neste sentido, obedecidas às recomendações discutidas neste trabalho, e atendidas às normas e os padrões técnicos na execução das obras, os impactos negativos serão mitigados e a resultante dos impactos será positiva, justificando-se assim, a viabilidade ambiental da obra.

Solicitamos, portanto, a manifestação favorável da Secretaria de Estado de Meio Ambiente quanto à emissão da Licença Ambiental Prévia para as obras de Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), no trecho compreendido entre a SP-330 (Rodovia Anhanguera) e a SP-324 (Rodovia Miguel Melhado Campos), municípios de Campinas e Valinhos.